
Mercado Interno e Agroexportação: as origens da expansão cafeeira na Zona da Mata Mineira: notas para uma pesquisa¹

Mônica Ribeiro de Oliveira²

Abstract

The purpose of this article is to think about different approaches of Brazilian historiography on the origin of central-south expansion that built an agrarian-exporting nucleus in Zona da Mata mineira. It emphasizes the relations of this process not only as an alternative of application of capital from the old mining places, but also with capitals coming from commercial circulation web aiming to internal supply of Minas Gerais province.

Key words: *Coffe plant expansion; Zona da Mata mineira; Internal market*

Resumo

Reflexão sobre as diversas abordagens da historiografia brasileira, acerca das origens da expansão cafeeira no centro-sul que levou a montagem de um núcleo agrário-exportador situado na Zona da Mata mineira. Ressalta as relações deste processo, não só como uma alternativa a aplicação de capitais originários da antiga região mineradora, como também, com os capitais provenientes das redes de circulação mercantil, voltadas para o abastecimento interno, que entrecortavam a Província de Minas.

Palavras chave: *Expansão Cafeeira; Zona da Mata mineira; Mercado Interno.*

Minas Gerais, como uma província que foi devassada pela colonização portuguesa, somente no início do século XVIII através do descobrimento do ouro, é vista, rotineiramente, pelos modelos mais clássicos da historiografia, como uma região baseada na tríade do: crescimento; apogeu; e decadência do ouro. A montagem da economia mineradora, a formação das unidades extrativas do ouro, a força de trabalho escrava e as redes de abastecimento, constituíram-se nas temáticas mais desenvolvidas pelos historiadores³.

1 Este artigo faz parte do projeto "Da crise da economia mineradora, aos primórdios da expansão cafeeira na Zona da Mata Mineira - 1780 - 1850 "

2 Doutoranda em História do Brasil pela UFF e professora do Departamento de História da UFJF

3 FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 23 ed. Rio de Janeiro: Ed. Nacional, 1989; PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1975; ZEMELA, M. *O abastecimento da capitania de Minas Gerais no século XVIII*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1990.

Especialmente neste último item — a questão do abastecimento — a historiografia reúne um longo e profícuo debate, levando a comprovação da existência de uma dinâmica produção de alimentos, paralela e, ao mesmo tempo, integrada à atividade mineradora, capaz de promover acumulações endógenas e de se constituir até, numa atividade mais estável que a própria atividade mineradora⁴.

Com relação ao que se convencionou chamar de “crise da mineração”, os estudos se multiplicam e o empenho da historiografia mais tradicional é no sentido de entender uma “involução rápida”, no dizer de Celso Furtado⁵. O declínio do ouro, levaria a uma decadência geral e Minas deixaria de ter uma atividade econômica permanente, com lenta diminuição de capitais e decadência de núcleos urbanos. Haveria, assim, a atrofia da economia, configurando um quadro de regressão econômica.

Na década de 80, novos estudos surgiram, desprovidos da preocupação com a economia aurífera. A. Martins e R. Martins⁶, demonstraram, através de profundos estudos estatísticos, o crescimento da população escrava em Minas, desvinculada da economia de mercado externo, fator este, que diferenciava a estrutura e posse de escravos em Minas com relação às demais Províncias do país. Revelaram a existência de uma atividade voltada principalmente para o consumo local, pouco mercantilizada e com escravos pouco orientados para a produção mercantil. Os autores não admitem uma associação entre expansão da economia agroexportadora cafeeira e a absorção de grande quantidade de mão-de-obra a demanda interna de escravos, teria origem na alta razão terra/população. Em contraposição às versões anteriores, os Martins avançam na constatação de que não houve uma involução econômica, após a crise da mineração. Houve um crescimento acelerado da economia de subsistência, responsável pela importação e emprego de tantos cativos.

Em consonância com a postura acima, R. Slenes⁷ denuncia uma tendência da história econômica de interligar o sistema escravista à plantation, e de negligenciar contextos onde o trabalho escravo foi significativo. Neste sentido, reconhece as novas

4 GUIMARÃES, Carlos M. et REIS, Liana M. Agricultura e escravidão (1700 - 1750). In: *Anais do IV Encontro Estadual de História/MG - História e historiografia em Minas Gerais*, Mariana, 1984

5 FURTADO, Celso. op cit.

6 MARTINS, Roberto. *A economia escravista em Minas Gerais do século XIX*. texto para discussão, no. 10, Belo Horizonte : CEDEPLAR/ UFMG, 1980

7 SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes : a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/ UNICAMP*, 17, Campinas, 1985

perspectivas abertas pelos Martins, mas, ao mesmo tempo, questiona a fato de atrelarem a grande quantidade de escravos de Minas à uma economia de subsistência, com baixos índices de mercantilização e com uma produção exclusivamente voltada para o mercado interno. Slenes ressalta que o café criou um grande impacto na Província, refletindo na estrutura do emprego da mão-de-obra escrava em outras regiões da Província. Estas regiões se especializariam na produção de carnes, queijos, toucinho, mantimentos, algodão, e panos, para suprir a demanda da região cafeeira mineira e de outras Províncias. Para o autor, é provável a migração de escravos do interior de Minas, para a Zona da Mata.

Alcir Lenharo⁸ buscou analisar a questão do abastecimento em Minas, através de um enfoque político. Estudou a formação de um setor social novo oriundo da distribuição dos gêneros alimentícios para o mercado interno, como ele articulou-se politicamente a nível regional, e, ao mesmo tempo, se projetou na Corte. Ressalta o papel do Sul de Minas no fornecimento de gado e mantimentos para o Rio de Janeiro, com uma produção exclusiva para o comércio. Defende a tese de que a colonização do Vale do Paraíba e a expansão da economia cafeeira, foram financiadas pelos recursos provenientes do setor de subsistência mercantil.

R. Slenes, num outro artigo da mesma revista, coloca que Minas antes de ter sido região pouco voltada para fora, era economia exportadora bastante significativa. Logo, não seria coincidência que a Mata e o Sul tenham importado o maior número de escravos do resto da Província entre 1870 e 1880 e a zona mineradora que mais perdeu. A produção de Minas para o mercado externo (diga-se para fora da Província) de café, gado, pano, toucinho, queijo, tabaco, etc, gerava renda monetária significativa, que teria incentivado a procura de escravos e também teria criado forte demanda dentro da Província, pelo setor exportador de café e atividades internas.

D. Libby⁹ também comprova a abordagem de que com o declínio da mineração a economia não se estagnou; ela sustentou a maior população escrava do país. Além da agricultura mercantil de subsistência havia outros setores importantes de transformação, como a produção doméstica de fios e panos, a siderurgia e a mineração aurífera subterrânea, capazes de liberar Minas de várias importações.

8 LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*, São Paulo: Ed. Símbolo, 1979.

9 LIBBY, Douglas. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*, São Paulo: Brasiliense, 1989.

Pelo exposto, observamos que a tendência atual da historiografia é a abordagem de uma Minas oitocentista bastante dinâmica, sem o estigma da estagnação após a crise do ouro. No nosso entender, este contexto gerou efeitos multiplicadores e acúmulo de riqueza, capazes de desenvolver e ampliar as esferas da atividade econômica para a exportação, levando a expansão da fronteira agrícola, investimentos agrários e em mão-de-obra, originando a expansão cafeeira na Zona da Mata Mineira.

A Zona da Mata, como já foi colocado, era a principal região produtora do Província, durante toda a segunda metade do século XIX e duas primeiras décadas do XX. As interpretações sobre a estrutura e evolução da economia agroexportadora da Zona da Mata destacam o predomínio das pequenas e médias propriedades agrícolas¹⁰. A cafeeicultura mineira possuiria uma impossibilidade de expansão das fronteiras e estreitas bases de apropriação do excedente. Este excedente seria absorvido pelo Rio de Janeiro, local de onde provinham os investimentos agrários e se comercializava a produção para a exportação. Dificilmente estes proprietários participariam de qualquer etapa comercial e financeira e raramente teriam excedentes para diversificar as suas inversões.

O trabalho de Anderson Pires¹¹, dedicado a análise do capital agrário, investimento e crise na cafeeicultura de Juiz de Fora, através de uma vasta pesquisa empírica, questionou muitas das colocações acima apresentadas, conduzindo a uma nova e original compreensão da cafeeicultura da Zona da Mata Mineira. Para o autor haveria o predomínio de grandes propriedades, permitindo que uma parcela do excedente gerado no processo produtivo fosse retido nos limites da própria esfera de produção. O financiamento da estrutura produtiva teria uma primeira fase tipicamente pré-capitalista, pouco mercantilizada, com a captação do excedente para o capital comercial e financeiro sediado fora da cidade; e uma segunda, estruturada na emergência de um sistema financeiro autônomo, tipicamente capitalista, apoiado na organização de um sistema bancário local. Este capital agrário teria ultrapassado os limites da esfera agroexportadora, atingindo outros setores econômicos, vinculados à diversificação urbana-industrial.

10 LIMA, João Heraldo. *Café e indústria em Minas Gerais*. Petrópolis: Vozes, 1980.

11 PIRES, Anderson. *Capital agrário, investimento e crise na cafeeicultura de Juiz de Fora, 1870 - 1930*. dissertação de mestrado, UFF, 1993.

Sobre as origens da montagem do sistema agroexportador da Zona da Mata, Celso Furtado considerando o Brasil do século XIX imerso numa economia estagnada e decadente, vê no café a saída para os problemas do país. A economia cafeeira desenvolvida nas regiões montanhosas próximas ao Rio de Janeiro, aproveitaria a relativa abundância de mão-de-obra, em consequência da desagregação da economia mineira e utilizaria os recursos preexistentes e subutilizados. Sobre a formação de um grande mercado de consumo no Rio de Janeiro, neste período, o autor destaca que:

O comércio de gêneros e de animais para o transporte desses constituía nessa parte do país a base de uma atividade econômica de certa importância, e deram origem à formação de um grupo de empresários comerciais locais. Muitos desses homens, que haviam acumulado alguns capitais no comércio e transporte de gêneros e de café, passaram a interessar-se pela produção deste, vindo a constituir a vanguarda da expansão cafeeira.¹²

Como podemos observar, C. Furtado busca as origens da economia cafeeira a partir de um quadro de crise da mineração e a formação das primeiras unidades produtoras, a partir do investimento do capital comercial na produção, sediado no Rio de Janeiro, nas mãos de grandes comerciantes.¹³

E. Viotti analisando a expansão cafeeira, ressalta o desaparecimento progressivo das culturas alimentícias pelo avanço do café. O Vale do Paraíba se constituía em zona pioneira até 1830, sendo apenas cortado por picadas que adentravam para o interior, rumo a Minas Gerais. Nas regiões mineiras a autora ressalta a expansão por diversos municípios, e, em conformidade com C. Furtado (...) *Famílias das antigas zonas de mineração povoaram os distritos novos das regiões fluminense e paulista dedicando-se à lavoura do café*¹⁴.

De forma mais abrangente, S. Stein¹⁵ analisa a difusão da cafeicultura no Vale Fluminense a partir da destituição de posseiros, pelos proprietários aquinhoados com títulos de sesmarias. Ressalta que a Coroa Portuguesa privilegiou, no período joanino, elementos

12 FURTADO, Celso . op cit .

13 Uma boa crítica ao modelo estrutural de C. Furtado, onde ele vincula excessivamente a economia escravista colonial ao sistema econômico mundial, está em LINHARES, Maria Yêda e SILVA, Francisco Carlos. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

14 COSTA, Emilia Viotti da . *Da senzala à colônia*. 2.ed., São Paulo : Ciências Humanas, 1982.

15 STEIN, Stanley . *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850 - 1900*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1990.

advindos da burocracia governamental e, posteriormente, a numerosos agricultores e antigos mineradores de Minas Gerais, além de comerciantes do Rio de Janeiro. Analisa o papel da Lei de Terras de 1850, garantindo a posse da terra somente aos sesmeiros, possuidores de títulos legais e reconhecidos, regulamentando a propriedade territorial, já valorizada pelo avanço dos cafezais e cristalizando a organização latifundiária da cafeicultura:

Por volta da década de 1830, a presença de posseiros ameaçava o desenvolvimento de cultivo de café nas amplas fazendas a tal ponto que aqueles que haviam consolidado amplas propriedades através de aquisições ou através de posses de concessões no século XVIII resolveram estabelecer um título incontestável para suas terras (...) processo que culminou na predominância incontestável das grandes fazendas na economia do café de Vassouras¹⁶.

Saint-Hilaire que esteve percorrendo o Brasil entre 1816 a 1822, faz a mesma constatação do estabelecimento de antigos mineradores com capitais e escravos nas origens da cafeicultura do Vale:

Depois que as minas do ouro começaram a se esgotar e a liberdade de comércio passou a dar maior valor aos produtos coloniais, os chefes de família voltaram as vistas para a agricultura e se pode esperar ver multiplicarem-se, dentro em breve, os habitantes nas vastas matas que margeiam a parte dos caminhos de Vila Rica mais próximas ao Rio de Janeiro (...)¹⁷.

Em síntese, até o presente momento, as interpretações sobre as origens da agricultura cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense confluem, em linhas gerais, para o entendimento da expansão a partir da migração de grandes proprietários de Minas, com fortes ligações políticas com a Coroa, concentrando as principais doações de sesmarias e formando grandes unidades fundiárias, especialmente voltadas para o plantio do café. Estas doações também privilegiariam grandes comerciantes sediados na Corte, enriquecidos através das redes de comércio abastecedor da Corte. Estas conclusões são, por vezes, generalizadas para o caso da Zona da Mata, região pouco estudada e comumente vista a partir da expansão agrária fluminense.

Douglas Libby¹⁸, estudando a demografia mineira dos oitocentos, através de mapas de população entre 1831 - 1840, observou que as regiões Metalúrgica-Mantiqueira e Zona da Mata possuíam o maior contingente de cativos do resto da Província. O

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ SAINT-HILAIRE, A. *A 2a. viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo*, Belo Horizonte: EDUSP/ Itatiaia, 1975.

¹⁸ LIBBY, Douglas. *op cit.*

autor considerou este dado surpreendente, principalmente porque, no caso da Zona da Mata, esta constatação antecede a penetração da cafeicultura. A Zona da Mata, na sua concepção, já estava engajada na agricultura mercantil de subsistência, antes da chegada do café. Este mercado teria não apenas a função de abastecer o Rio de Janeiro, mas também teria fornecido seus produtos para os núcleos mineradores do século XVIII, dada às facilidades da proximidade geográfica. O considerável plantel de escravos estaria apto para absorver o surto da cafeicultura, na segunda metade do século XIX.

Há, no entanto, importantes diferenças regionais quanto à distribuição de propriedades de escravos detectada no censo de 1831-1840. Na Zona da Mata, na região Metalúrgica -Mantiqueira e no Triângulo mineiro são os proprietários demais de 30 escravos que possuem a maior parcela de cativos (...). Nestas três regiões, portanto, embora os pequenos proprietários fossem majoritários, havia uma relativa concentração de escravos nas mãos de grandes proprietários. A expansão da cafeicultura poderia explicar a concentração constatada para a Zona da Mata, mas apenas parcialmente, uma vez que ela se restringia a uma área junto à divisa com a Província do Rio de Janeiro. Na verdade, é de suspeitar que a agricultura mercantil de subsistência foi bastante dinâmica na Mata antes da chegada do café¹⁹.

O autor apresenta estas reflexões sem, no entanto, comprová-las empiricamente — o que fugiria completamente do objetivo de sua obra. Para tal seria necessário uma profunda pesquisa em inventários da Comarca do Rio das Mortes, capazes de demonstrar a extensão das propriedades fundiárias, a posse de escravos e a produção.

A análise dos relatos de diversos viajantes que atravessaram a Zona da Mata torna-se pertinente, para que possamos averiguar a presença e a importância desta economia de alimentos, bem como, detectar as referências às origens dos primeiros proprietários da região²⁰.

Augusto de Lima Júnior (1828-1829) destaca que após o auge do período mineratório, houve um deslocamento de população não para o Rio de Janeiro - como costumeiramente é afirmado - mas para a Zona da Mata, onde os mineradores mais abastados passaram a empregar seu capital na lavoura cafeeira. Outros autores como Spix Martius (1817-1820) C. Matos (1837) Bunbury

19 *Ibidem*, p. 106

20 As datas entre parênteses correspondem ao período de viagem de cada autor.

(1833-1835), John Mawe (1807-1811) e Lima Júnior, caracterizam Minas como possuidora de uma forte economia agrícola e comercial, representado pelo intenso movimento de tropeiros, que ao trafegar pelo Caminho Novo, levavam para o Rio de Janeiro toucinho, queijos, algodão, mantimentos e gado, trazendo de lá produtos manufaturados e sal²¹.

Outra semelhança nos relatos de viajantes é verificação da existência, ao longo das estradas, de roças e ranchos para a estalagem dos tropeiros e animais. Há referências a pastos e ranchos públicos gratuitos, mantidos pelo Estado²². C. Matos, Lima Jr. e Saint-Hilaire (1822) demonstraram a existência de grandes extensões de terras concentradas nas mãos de uma minoria, criticando a forma como eram adquiridas, ou seja, através de barganhas políticas na Corte²³.

Quanto à verificação exata da existência de unidades produtoras de alimentos, na região próxima ao município de Juiz de Fora - considerada pioneira na expansão cafeeira - a informação mais antiga é de Antonil (1711). Ele descreve, no seu itinerário, a presença de muitas roças, produtoras de mantimentos nas margens do Rio Paraibuna, além de vendas e ranchos utilizados pelos tropeiros. O mesmo é constatado por Lima Jr., com a citação dos nomes de vários proprietários²⁴. Outros relatos para a mesma região, de Mawe e Bunbury não há nenhuma referência à produção de alimentos, sendo a região descrita como mata virgem.

A obra de R. Walsh (1828-1829) nos dá uma referência muito esclarecedora sobre a região²⁵. Em sua passagem pelo Caminho Novo, entre Rio de Janeiro e Barbacena, a exemplo de Antonil e Lima Jr., aborda a existência de unidades produtoras bastante promissoras. Às margens do Paraibuna, menciona fazendas que comercializavam os produtos de suas terras com tropeiros, com vasta plantação de milho e atesta a presença de escravos. Além da constatação de produção de alimentos para o mercado interno, Walsh destaca a produção de café:

21 LIMA JR. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1978; SPIX, J.B. Von & MARTIUS, C.F.P. Von. *Viagem pelo Brasil*. Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1938; BUNBURY, C.J.F. *Viagem de um naturalista inglês ao Rio de Janeiro e Minas Gerais: 1833 - 1835*. Belo Horizonte: EDUSP/Itatiaia, 1981; MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil*. BH: EDUSP/Itatiaia, 1978

22 CUNHA MATOS, R. *Corografia histórica da província de Minas Gerais. (1837)* BH: EDUSP/Itatiaia, 1981.

23 MAWE, John. op cit; LIMA JR. op cit; SAINT - HILAIRE, A. op cit.

24 ANTONIL, A.J. *Cultura e opulência do Brasil*. 3 ed., BH: EDUSP/Itatiaia, 1982

25 WASH, R. *Notícias do Brasil*. BH: EDUSP/Itatiaia, 1985

Dali o rio vai descendo e formando uma sucessão de cachoeiras, até desaguar no Paraibuna. (...) Sua vasta corrente contorna ali uma península que se ergue em suaves elevações acima das margens do rio. Todas estas colinas estavam cobertas de cafezais até o seu topo. (...) Pedi num rancho uma xícara de café, já que o meu estoque tinha acabado, mas não havia um único grão disponível numa das margens do rio, enquanto que na outra margem havia uma plantação aparentemente capaz de suprir de café toda a Inglaterra²⁶.

Como se pode notar, não existe nenhuma unanimidade entre os relatos e viajantes, enquanto uma parte não chega nem a mencionar a presença das culturas de alimentos e café, outra as destacam como vastas e vigorosas. Devemos considerar os limites de um relato. Geralmente partem de observações oculares, dentro de um espaço físico e social desconhecido. É relatado, às vezes, o que está ao alcance da visão, e, são observados caracteres ligados ao próprio sistema de valores de quem observa. Uma roça de alimentos que pode ser importante para uns, para outros, é inexpressivo. Um fato mais constante, que corrobora as constatações de D. Libby, é a percepção da presença de uma cultura de alimentos, anterior e até paralela à expansão da cafeicultura; mas não se tem a noção de sua dinâmica, da possibilidade de gerar capitais endogenamente, de transformar-se em fazendas cafeeiras — ou mesmo se foi tênue, capaz de ceder lugar às novas doações de sesmarias distribuídas pela Coroa e à introdução de investimentos de capitais oriundos de outras regiões.

Alcir Lenharo, ao estudar a economia de abastecimento mineira, introduz um novo enfoque a esta questão, ao considerar que a colonização do Vale do Paraíba e a expansão da economia cafeeira fora, basicamente, financiada por recursos provenientes do setor de subsistência mercantil²⁷. Chega a colocar que comerciantes da comarca do Rio das Mortes, particularmente de São João Del Rei, e comerciantes do Rio de Janeiro, povoaram a vasta faixa situada entre o Sul de Minas e a Corte, convertendo-se nos seus principais proprietários, dedicando-se à produção de gêneros de subsistência, açúcar e depois o café. Analisa o papel dos caminhos abastecedores, como promotores da integração econômica e agentes eficazes de povoamento, valorização das terras e irradiação da economia cafeeira. O autor relaciona a propriedade de terras no Vale do Paraíba, com as doações feitas a altos funcionários da Corte, a grandes comerciantes

26 *Ibidem*, p. 129

27 LENHARO, Alcir, *op cit.*

da praça do Rio, ou mesmo àqueles que, graças à prestação de serviços públicos, obtinham benefícios particulares, através da doação de terras.

O modo como foi se constituindo a classe cafeeira no Centro-Sul pressupõe, pois, um fenômeno peculiar de acomodação social que entrelaçava os setores burocrático e mercantil, instalados na capital, com setores emergentes no interior, oriundos do comércio regional ou da mineração, geralmente procedentes da Comarca do Rio das Mortes²⁸.

A posição de Alcir Lenharo busca valorizar a participação de elementos oriundos do comércio regional mineiro, na composição das primeiras fortunas da economia cafeeira no Centro-Sul, englobando tanto o Vale Fluminense quanto a Zona da Mata Mineira. Acreditamos que sua interpretação, em tese, é mais aceitável, levando em consideração a dinâmica do mercado regional que se estruturou em Minas, na primeira metade do século XIX e a possibilidade de retenção do excedente, numa economia altamente mercantilizada.

João Fragoso, em obra mais recente²⁹, estudou as formas de acumulação que perpassam a economia colonial na virada do século XVIII para o XIX., destacando que a rápida montagem de um sistema agrário-exportador na fronteira só se torna possível em razão de uma acumulação prévia. Observa uma não equivalência com as conjunturas internacionais, uma vez que, a rápida montagem da agricultura cafeeira se deu em meio a uma conjuntura externa desfavorável, ou seja, a fase B do ciclo de Kondradief. Recorreu ao estudo das grandes famílias da aristocracia cafeeira e encontrou na origem daquelas fortunas, grandes negociantes das praças do Rio de Janeiro e de Minas Gerais; de comerciantes não só ligados a agroexportação, mas também ao abastecimento interno, verificando-se a transformação da acumulação mercantil em produção.

A isso se acrescenta que a possibilidade de uma rápida montagem das fazendas em áreas de fronteira só se torna mais factível quando se percebe que tal processo não é apenas produto de aplicações do capital mercantil, mas também é resultado de conversões feitas por uma elite de negociantes. Grupo esse que se alimenta do excedente da agroexportação e das acumulações endógenas (reproduções das produções voltadas para o abastecimento interno), e que, simultaneamente, se encontra presente em uma hierarquia econômica altamente diferenciada, ou melhor, marcada por um alto grau de concentração de riqueza³⁰.

28 Ibidem, p. 70

29 FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia mercantil na praça do Rio de Janeiro. (1790 - 1830)*, RJ: Arquivo Nacional, 1992.

30 Ibidem, p. 296

Fragoso ressalta que a conversão da acumulação mercantil em fazendas reafirma uma sociedade baseada no prestígio social, onde as relações de poder assumem o papel de relações de produção. Frente a instabilidade do mercado, os investimentos em terras e escravos representavam aplicações seguras, uma opção pelo lucro, uma vez que, os produtos de exportação possuíam melhores preços do que aqueles destinados ao mercado interno³¹.

Robert Conrad³² analisando a questão da mão-de-obra para a cafeicultura mineira levanta uma especificidade em relação ao que ocorria no Rio de Janeiro e São Paulo. Constatou que a cafeicultura de Minas ocupava somente 1/3 do plantel de escravos da Província e que sua produção em 1880, que era equivalente à paulista, contava com quase o dobro do plantel desta última. Assim, a cafeicultura mineira teria contado com uma grande oferta interna de escravos, sendo pouco significativo, para esta Província, o tráfico interprovincial de escravos. Estas conclusões levantaram questionamentos, sobre a possibilidade de uma estabilidade na oferta de escravos, ou até mesmo um excesso de oferta, nas décadas de 70 e 80, o que difere essencialmente da tendência geral de encarecimento e diminuição de oferta, após a extinção do tráfico, para os núcleos agrário-exportadores sediados no Rio de Janeiro e São Paulo. João Heraldo Lima chega a especular que :

(...) não existiu, a rigor, e de forma plenamente caracterizada, um mercado para a mercadoria escrava. Se assim foi, podemos até mesmo pensar que os preços dos escravos para essa cafeicultura não afetaram a sua estrutura de custos na mesma proporção em que afetaram o café paulista e fluminense³³.

Novamente urge a necessidade de se verificar o provável excesso de mão-de-obra em Minas Gerais. No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, pretendemos verificar como se deu a absorção dos plantéis de cativos já instalados na região - voltados para a produção mercantil de subsistência. Analisaremos a formação de novos plantéis, sua relação com o tráfico interprovincial e, principalmente, intraprovincial, fruto da oferta de mão-de-obra da antiga região mineradora, bem como, verificaremos a participação destes no conjunto das inversões representativas para o processo produtivo, durante a montagem do sistema agrário da Zona da Mata.

31 Idem Ibidem ,p. 298

32 CONRAD, Robert .*Os últimos anos da escravidão no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975

33 LIMA, J.H. op. cit

Num amplo projeto de pesquisa, pretendemos analisar as origens da acumulação prévia de capitais, a partir da crise da economia mineradora, através de recursos egressos do setor de economia mercantil de subsistência, que permitiu a montagem de um sistema agrário escravista e exportador na Zona da Mata mineira.

Estudaremos as origens da ocupação e povoamento da Mata, incentivada pelos caminhos abastecedores que a entrecortavam, com a constituição de roças, com uma produção de alimentos e/ou animais articulada com as demais regiões — especialmente a Mantiqueira e a Metalúrgica — através das redes de abastecimento.

Para tal, estabeleceremos comparações com a expansão do Vale Fluminense, observando suas semelhanças e diversidades, no tocante a expansão da fronteira agrícola, onde, nesta região, se processou uma clara disputa pela terra entre a frágil economia de subsistência ali implantada, desde a segunda metade do século XVIII, e a emergente concentração de propriedade, nas mãos de poderosa elite favorecida com as doações de sesmarias da Corte.

Verificaremos a formação dos núcleos urbanos da Zona da Mata, seu crescimento e dinâmica, principalmente de Juiz de Fora, por se constituir numa das regiões de expansão cafeeira mais antiga e por ter se tornado pólo concentrador da produção, transporte e financiamento do café para o Rio de Janeiro. Nossa pesquisa caminhará no sentido do entrecruzamento de fontes utilizando lista nominativas, inventários, almanaques, escrituras de compra e venda de terras etc, para reconstituir este sistema agrário e, principalmente, discutir como se deu esta passagem de uma economia de subsistência para uma economia de mercado e suas vinculações com as redes mercantis, ou seja, o movimento da estrutura econômica regional e as transformações ocorridas no espaço e no tempo. O estudo possibilitará a identificação dos fatores econômicos, o seu envolvimento na esfera comercial e suas inversões na estrutura agrária. Procuraremos analisar as variações, os fluxos do mercado de terras; estabeleceremos estratificações sócio-econômicas procurando esclarecer quem é o pequeno e quem é o grande proprietário e como eles se apresentam no mercado de terras, elaborando assim uma hierarquia de fortunas para a região.

Estas são algumas reflexões e objetivos de nosso projeto de pesquisa, que está em andamento, em consonância com as diretri-

zes de pesquisa do Núcleo de História Regional, da Universidade Federal de Juiz de Fora, que, dentre outras finalidades, busca a revisão dos modelos tradicionais de explicação da Zona da Mata, e, o preenchimento das lacunas de compreensão de sua História.